TURISMO NO PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA-PB: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM RELAÇÃO AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO DECRETO ESTADUAL DE CRIAÇÃO N.º 21.263

Fernanda Tereza Pereira Cruz

Hijonete Leal Gomes Ferreira

Jessica Lima Nascimento

RESUMO: O presente trabalho analisa a atividade turística na Unidade de Conservação do Parque Estadual Marinho de Areia vermelha, baseado nos desígnios da criação de uma Unidade de Conservação, entre eles garantia de conservação do espaço protegido, e a restrição de uso, de maneira que possa aumentar a conscientização ambiental das pessoas que o visita. Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar se os objetivos do decreto Estadual da Paraíba de nº 21.263 de criação do Parque Estadual Marinho de "Areia Vermelha", no qual visa contribuir para a prática do turismo sustentável no local, a fim de promover a proteção deste importante ecossistema, com o uso racional do espaço, estão sendo aplicados. A metodologia consistiu na aplicação de 50 questionários semi estruturados, sendo 40 destes direcionados aos visitantes e os outros 10 questionários, respondidos pelos profissionais atuantes no parque.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Unidades de Conservação; Ambientes Recifais.

ABSTRACT: Conservation Units are created with certain objectives, among them the assurance of conservation of the protected space, and the restriction of the use, so that the environmental awareness of the people who visit it can be increased. The main object of this study was to analyze if the objectives of Decree No. 21,263 of the Foundation of the Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV)–PB, which aims to contribute to the practice of sustainable tourism in the place in order to promote the protection of this important ecosystem, along with the rational use of space, are being applied. The methodology consisted in the application of 50 semi-structured questionnaires, contenting 24 questions, and 40 of them being directed to the visitors of the park (tourists and local population) and the other 10 questionnaires were answered by professionals on duty at the PEMAV.

Keywords: Sustainable Tourism; Conservation Units; Reef Environments.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Conservação (UC) do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV) é o único marinho do Estado da Paraíba. A área resguardada desta UC visa à proteção do meio ambiente, aliado ao desenvolvimento sustentável local, com praticas que não comprometa os recursos naturais do parque, como o caso do turismo.

Acredita-se que se a atividade turística for desempenhada de maneira correta, proporciona benfeitorias para o local receptor, pois a mesma atente os requisitos do desenvolvimento sustentável, abrangendo o lado social, econômico e ambiental das localidades turísticas.

Oliveira (2005, p.36) explica que:

> Dá-se o nome de turismo à atividade humana que é capaz de produzir resultados de caráter econômico financeiro, político, cultural, produzidos em uma localidade, decorrentes do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outras, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Entretanto, o turismo moderno foi impulsionado pelo desejo das pessoas de vivenciarem experiências novas, saindo dos grandes centros urbanos, para apreciar momentos agradáveis nos ambientes naturais. Pois, com um mundo capitalista, voltado para a acumulação de riquezas faz-se necessário medidas de entretenimento e lazer para o preenchimento do tempo ocioso.

Embasado nesse ponto, verifica-se a necessidade de estudos voltados para a obtenção de um planejamento turístico sustentável adaptado à localidade receptora, com o objetivo de expandir o processo de benfeitorias que o setor turístico pode oferecer, a fim de minimizar os impactos negativos ambientas, causados pelo mau uso do espaço turístico. Com isso, medidas preventivas devem ser adotadas nas diversas áreas, para garantir a proteção e preservação dos ambientes naturais.

Considerando ricos e importantes ecossistemas, como os ambientes recifais, verifica-se que se a prática turística no local, não for desempenhada com

responsabilidade, embasados em normas e leis regulamentadoras, que controlem a atividade no local, haverá diversos impactos negativos que comprometerão o equilíbrio deste ambiente natural. Diante do exposto, o governo de forma geral adota procedimentos com a criação de política ambiental para que ocorra desenvolvimento turístico de forma a não alterar o meio ambiente, com medidas preventivas a serem adotadas nas diversas áreas, para garantir a proteção e preservação dos ambientes naturais, como o caso da criação de Unidades de Conservação Ambiental.

Portanto, o presente estudo analisa se as práticas sustentáveis em relação aos objetivos do Decreto-Lei Estadual n.º 21.263 (Paraíba, 2000) de criação do PEMAV estão sendo cumpridas, quais são: Proteger e preservar integralmente os recursos naturais do ecossistema: a coroa, os recifes, a periferia (piscinas naturais), a fauna e a flora marinha; Despertar nos visitantes consciência ecológica e conservacionista; Controlar e ordenar o turismo sustentável e as demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; Gerenciar e fiscalizar a área para utilização racional do espaço; Controlar e fiscalizar as atividades degradadoras; Garantir a integridade da paisagem.

Por conseguinte, questiona-se: O Turismo no PEMAV atende aos objetivos do seu decreto de criação de nº 21.263, criado para proporcionar o desenvolvimento sustentável no parque, a partir de projetos educativos/informativos para a redução dos impactos ambientais e fiscalização constantes, para promover, uma relação harmoniosa entre a atividade turística a comunidade local e o espaço natural?

2. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E AUMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

O turismo faz parte de uma cadeia produtiva geradora de riquezas econômicas. Este fato, muitas vezes é um dos impulsionadores para a degradação do ambiente natural, aliado com um mundo pós-moderno, no qual o homem sente a necessidade em viajar para conhecer lugares distintos dos grandes centros urbanos, o que acaba acarretando em um alto fluxo de pessoas em um mesmo espaço natural. Oliveira (2005, pag. 35), explica que:

> O turismo é capaz de produzir um respeitável impacto na economia local. É um meio de redistribuir renda, captar divisas, gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais.

Mas, quando a atividade turística gira em torno apenas do impacto econômico, diversos danos são desencadeados, principalmente no ambiente natural, que serve de limitação para o desenvolvimento desta atividade.

Com a evolução do número de turistas, devido ao desenvolvimento e massificação dos transportes e o aumento do poder de compra do consumidor, com a expansão da economia, houve um aumento do número de viagens, e consequentemente um relativo aumento da demanda e oferta dos serviços e produtos advindos da atividade turística. Este fato ocorreu mediante a necessidade do lazer e entretenimento dos cidadãos contemporâneos, aumentando também o número de destinos turísticos ofertados.

Ferretti (2002, pág. 01), afirma que:

> À medida que o turismo expande no mundo e a diversidade de procura de destinos turísticos aumenta o interesse pelo espaço natural, vem crescendo o número de estudos que acompanham com atenção essa perspectiva de resgatar a natureza, defendendo-a por meio de campanhas, programas e outras realizações (...).

Então, com o passar dos tempos o setor turístico evoluiu bastante, se adequando às mudanças, principalmente no fator socioambiental, devido à atenção dos estudos nesta área, deixando muitos turistas mais informados e cientes da necessidade de um olhar mais crítico em relação aos impactos negativos que o meio ambiente sofreu e vem sofrendo, com a utilização dos recursos naturais de forma exagerada e com o descuido e destruição do ambiente natural.

Ferretti (2002) afirma que com o desenvolvimento da atividade turística, os impactos negativos do turismo sobre o ambiente natural ocorrerão na formação geológica, na vegetação natural, na água, no ar e na vida selvagem, principalmente.

A atividade turística quando mal planejada e não fiscalizada gera prejuízos irreparáveis ao ecossistema, pois quando um destino turístico é bem aceito, o local onde ele é inserido começa a valorizar-se, com isso percebe-se que o lugar passa

por um processo de evolução quantitativa na demanda turística, o que acarreta impactos, principalmente aos ecossistemas frágeis, como os arrecifes da zona costeira, como é caso do PEMAV.

3. TURISMO SUSTENTÁVEL

Toda a atividade humana causa impactos ao ambiente em que se insere, com o turismo não iria ser diferente. Seus impactos são divididos em econômicos, socioculturais e ambientais, cada um com suas consequências positivas e negativas. Todavia, são os impactos negativos ambientais e socioculturais que demandam maior preocupação na atualidade, principalmente após toda a problemática ambiental que vem surgindo nas últimas décadas.

Todavia, o turismo pode afetar o ambiente e, ao mesmo tempo, pode ser benéfico ao meio ambiente natural, quando oferece motivação para a sua conservação. Sem o incentivo financeiro para essa conservação, representado pelo turismo, muitos órgãos do setor público provavelmente dariam menos atenção à proteção do meio ambiente natural (Ferreti, 2002).

Perante as questões atuais aonde vem se notando a importância da conservação da natureza não só na prática turística, mas também de forma geral, principalmente a partir do novo perfil social que busca um modo de consumo responsável, preocupando-se com as questões ecológicas e tornando-se consumidores mais conscientes. No turismo esse novo conceito de consumo responsável chega a um nível de sobrevivência, pois a degradação e descaracterização do ambiente onde as atividades turísticas são desenvolvidas podem levar à destruição do atrativo turístico, sendo na maioria dos casos impossível a reestruturação do meio e consequentemente do turismo na região. Tendo em vista esse novo olhar sobre as consequências negativas geradas pelos impactos ocasionados à natureza, torna-se indispensável evidenciar o conceito de turismo sustentável, que é:

> Aquele que atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro.[...] respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os

processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2001, P.68).

Entretanto, essa forma de desenvolver o turismo busca não só um desenvolvimento ecologicamente correto, mas também a equidade em âmbito social, e sua viabilidade na esfera econômica, buscando sua manutenção e conservação para usufruto atual e também das gerações futuras. Criando um equilíbrio entre esses três patamares e preservando tanto o meio natural como o artificial, criado pelo homem.

Um desenvolvimento com práticas sustentáveis está intrinsecamente relacionado com o planejamento e execução de ações sócio-responsáveis, utilizando os recursos no presente e garantindo o seu uso futuro.

O turismo sustentável aparece como forma de minimizar os impactos negativos ocasionados por um turismo sem planejamento, buscando ser justo para a sociedade como um todo, onde todos possam usufruir sem degradar e preservando para as sociedades futuras, dando ênfase principal ao meio ambiente, pois ele é sempre o recurso primordial para a sobrevivência humana.

4. TURISMO EM AMBIENTES MARINHOS

O ambiente marinho comporta as maiores riquezas naturais, é nele que está concentrada grande parte da biodiversidade do planeta. Os oceanos cobrem aproximadamente 70% de toda a superfície terrestre, com quase o dobro de filos animais, um local de biodiversidade riquíssima.

Grande partes das atividades turísticas no Brasil concentra-se nos ambientes litorâneos, principalmente no Nordeste, com o turismo de Sol e Mar, constituindo atividades turísticas relacionadas com a recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor (MTur, 2006), sendo a modalidade responsável pelo maior fluxo de visitantes em todo o Brasil, segundo o Ministério do Turismo. Essa modalidade de turismo na maioria das vezes utiliza-se do mar e suas belezas cênicas como principal atrativo para o seu desenvolvimento, encontrando no mesmo, diversas atividades a serem organizadas, como atividades recreativas.

No Brasil, esses ambientes concentram-se mais na região nordeste, distribuídos entre os estados do Maranhão e da Bahia (Maida e Padovani,2004), onde também se encontram a maior parte de Unidades de conservação de ambientes recifais, sendo as unidades de conservação (UCs).

Na Paraíba os ambientes recifais estão localizados em vários pontos do litoral, do Norte ao Sul do estado, como afirma Costa et al., (2007):

> No Estado da Paraíba, ambientes recifais ocorrem no litoral norte, nas proximidades da desembocadura do rio Mamanguape e próximo à cidade da Baia da Traição, e ao sul do estuário do rio Paraíba até os limites com o vizinho Estado de Pernambuco. Em Mamanguape, na Ponta de Mato e no Cabo Branco, posicionam-se bem próximo da costa, podendo ser acessados a pé; porém, nos outros locais distam da praia cerca de 2 km.

No município de Cabedelo - PB, na praia de Camboinha, com cerca de 230,91 hectares (SUDEMA, 2012) está localizado o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha criado pelo decreto estadual 21.263 de 28 de agosto de 2000, constituído de um banco de areia que emerge nos períodos de marés baixas, onde o turismo de Sol e Mar é intensamente difundido na área.

5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PARQUE ESTADUAL

A Unidade de conservação (UC) refere-se a uma parte do território, com características naturais, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção de seus recursos ambientais, instituído pelo Poder Público, para garantir a proteção e conservação das características, a preservação total da natureza e o seu uso sustentável, criada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Segundo a Lei 9985/00, que instituiu o SNUC, as unidades de conservação podem ser privadas ou públicas - federais, estaduais ou municipais. Elas se distribuem em reservas biológicas, estações ecológicas, parques, monumentos naturais, áreas de proteção ambiental, florestas públicas, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural.

Os Parques são as primeiras unidades de conservação e proteção criadas pelo Direito Brasileiro, sendo oriundas do antigo código florestal de 1934. Essas unidades foram sendo aprimoradas na prática administrativa e consequentemente foram sendo criadas novas unidades, servindo de base para a elaboração legislativa posterior.

O PEMAV fica situado em uma Unidade de Conservação, sendo administrado pela SUDEMA, ele é o único Parque Marinho do Estado, possuindo o bioma corais. Este ambiente marinho é de fundamental importância para o equilíbrio do ecossistema, pois, possui uma rica vida vegetal e animal.

6. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA

Situado no município de Cabedelo – PB, o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV) é uma unidade de conservação de uso integral, a qual tem a finalidade básica de conservação da natureza, sendo apenas permitidas no local, atividades educacionais, científicas e recreativas, ou seja, as únicas atividades humanas permitidas nessas áreas são a pesquisa e visitação; sendo proibido qualquer tipo de extração e/ou comercialização dos recursos naturais contidos no parque.

O Parque foi criado pelo Decreto N.º 21.263 de 28 de agosto de 2000, objetivando:

I. Proteger e preservar integralmente os recursos naturais do ecossistema: a coroa, os recifes, a periferia (piscinas naturais), a fauna e a flora marinha;
II. Despertar nos visitantes consciência ecológica e conservacionista;
III. Controlar e ordenar o turismo sustentável e as demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;
IV. Gerenciar e fiscalizar a área para utilização racional do espaço;
V. Controlar e fiscalizar as atividades degradadoras;
VI. Garantir a integridade da paisagem

O Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (07° 00' 41,95" S e 034° 48' 58,02" O), fica localizado em frente à praia de Camboinha, aproximadamente a 02 Km de distância da costa, com uma extensão de 3 Km (sentido norte-sul). No local, verifica-se a existência de uma rica e diversificada fauna e flora marinha, com importantes formações recifais, sendo predominantemente de origem arenítica, com forte contribuição dos corais zooxantelados e de algas calcárias (incrustantes e rodólitos).

Conforme a SUDEMA (Superintendência de Administração do Meio Ambiente):

> "Muito mais do que o famoso banco de areia visitado por milhares de turistas todos os anos, o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha possui uma área de 230,91 hectares que abriga significativa biodiversidade marinha associada a recifes de corais. Estima-se que as águas azuis e cristalinas do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha protejam ao menos nove espécies de corais, nove tipos de esponjas-do-mar, 41 de moluscos, 31 de crustáceos, 55 de peixes, entre outros grupos da fauna recifal. Espécies de peixes muito valorizadas comercialmente vivem nos recifes do PEMAV, como pargos, sirigados, garoupas e meros."

A área mais visita do parque, é formada por um extenso cordão recifal que margeia um banco de areia, o qual emerge apenas durante os períodos de maré baixa e que dá nome ao local, denominado popularmente como "Ilha de Areia Vermelha" (FIGURA 1). Nos períodos de maré baixa, a coroa de areia que aparece é um local muito visitado por turistas e a própria população local, devido a suas águas límpidas e tranquilas - com uma paisagem marcante, proporcionando um cenário ideal para a contemplação da paisagem e demais práticas turísticas.

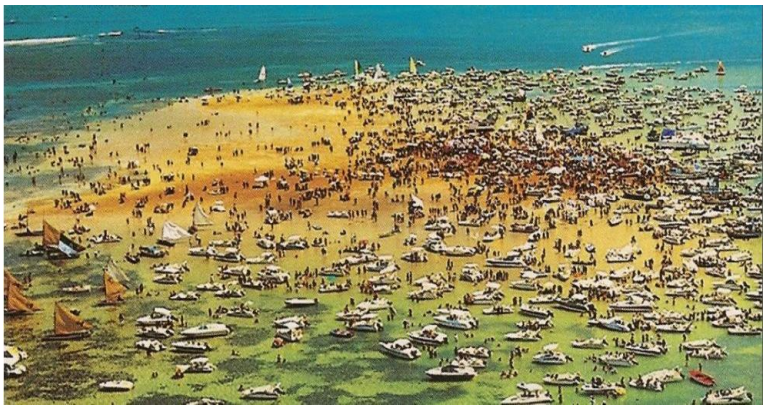
FIGURA 1 - Vista aérea parcial do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha

Fonte: PBTur.

Segundo dados da SUDEMA, no local existem 19 embarcações cadastradas para fazerem a travessia das pessoas até a ilha, além das muitas embarcações particulares que atracam nos arredores da ilha, principalmente durante os períodos de marés baixas de sizígia (0,1 e 0,2 m). Para segurança dos visitantes, as embarcações desembarcam da ilha para visitação com a maré até 0,6 m, sendo este o limite máximo para uma visitação segura, porém, quanto mais baixa a maré, maior será a área aparente da ilha. Mas, não há um controle da quantidade de barcos que aportam à ilha, o que torna o ambiente super povoado (Fig. 5) em épocas de férias de Verão.

Para entretenimento e lazer dos visitantes na ilha, verifica-se a fixação temporária de mesas, cadeiras e guardas-sol pelos comerciantes que servem serviços de alimentos e bebidas em “bares flutuantes”. Porém, não existe um controle do número de visitantes na ilha, limitando o acesso de pessoas de acordo com a capacidade de carga do local, devido à inexistência de um Plano de Manejo, o que acarreta a insustentabilidades do parque, comprometendo este importante ecossistema, como apresenta a figura 4.

FIGURA 2 - PEMAV e seus inúmeros visitantes



Fonte: PBTur.

Analisando a imagem acima apresentada, verifica-se que faz-se necessário estudos voltados para analisar as práticas turísticas no PEMAV, justificando os fins desta pesquisa, que tem como foco analisar a aplicabilidade dos objetivos do

decreto de criação do Parque, de n.º 21.263, a fim de verificar se os objetivos de criação do Parque estão sendo cumpridos, justificando a sua criação.

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa apresenta-se com enfoque descritivo e exploratório, utilizando-se ainda a pesquisa bibliográfica e a documental. Desta forma, foi realizado um levantamento bibliográfico (oriundo de livros e artigos científicos) e documental, sem apresentar tratamento analítico, a fim de identificar a prática turística e a aplicabilidade dos objetivos do decreto nº 21.263, na Unidade de Conservação do PEMAV.

Para alcançar o objetivo dessa pesquisa, foram utilizados os métodos qualitativos e quantitativos para análise dos dados. Optou-se também, pela aplicação de entrevistas semiestruturadas para dois distintos grupos, sendo o primeiro formado por visitantes e o outro formado por pessoas que retiram seu sustento exercendo alguma atividade no PEMAV.

A entrevista foi dividida em três dimensões, sendo a primeira com o objetivo de identificar o perfil social do entrevistado (visitantes e profissionais atuantes no Parque), a segunda sobre conhecimentos que o entrevistado possuía em relação ao ecossistema visitado e a terceira com perguntas relacionadas ao decreto 21.263, visualizando a percepção dos entrevistados em relação à aplicabilidade dos objetivos do decreto.

Em relação ao universo da pesquisa, o mesmo referiu-se aos visitantes da ilha e profissionais atuantes no Parque. A amostra foi representada pelas 50 pessoas que se disponibilizaram em responder a entrevista, sendo 40 visitantes do PEMAV e 10 pessoas que atuam profissionalmente nas embarcações. A pesquisa desenvolvida trata-se de um estudo de caso, pois analisa o caso específico da

As pesquisas foram aplicadas no PEMAV, localizado na cidade de Cabedelo-PB, em duas visitas ao local, a primeira realizada no dia 07/10/2012 e a segunda no dia 28/10/2012. Portanto, o capítulo a seguir apresenta os resultados da pesquisa, a partir das respostas obtidas por intermédio dos questionários aplicados.

8. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

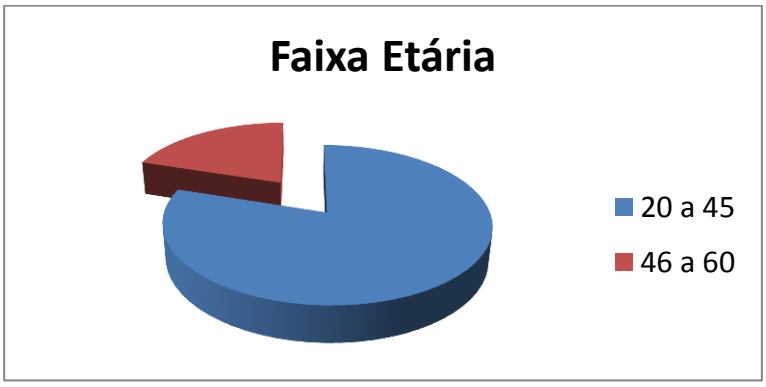
8.1 Profissionais que atuam nas embarcações do PEMAV

Para analisar o perfil social e a percepção em relação ao cumprimento dos objetivos do Decreto n.º 21.263 da criação do parque e o conhecimento dos profissionais que atuam no PEMAV em relação ao ecossistema visitado, foram aplicados questionários para 10 profissionais que atuam no Parque, no mês de Outubro de 2012, nos períodos de maré baixa.

8.1.1 Caracterização Social dos Profissionais que atuam nas embarcações do PEMAV

Considerando os resultados obtidos com as entrevistas feitas aos 10 profissionais que atuam nas embarcações no PEMAV, constatou-se que 80% desses profissionais estão na faixa etária de 20 a 45 anos e 20% acima de 45 anos, sendo todos eles do sexo masculino, representando 100% da amostra, o que demonstra a necessidade de um trabalho braçal nas realizações das atividades, como jogar e/ou recolher âncora, puxar as embarcações quando o motor não estiver em funcionamento, aproximando-o das pessoas, para as mesmas subirem ou descerem dos barcos, entre outras atividades.

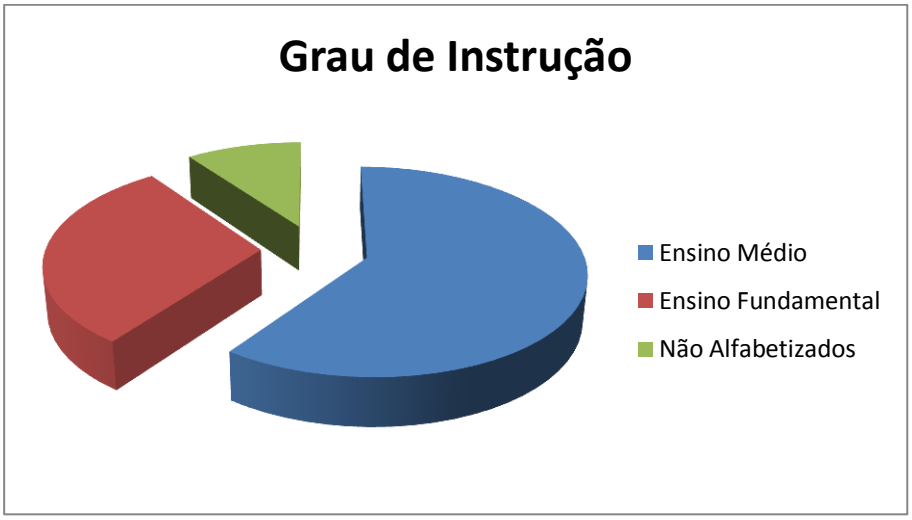
GRÁFICO 1 - Faixa etária dos profissionais atuantes no PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Destes profissionais, 60% concluíram o ensino médio, 30% o ensino fundamental e 10% não são alfabetizados. Esses profissionais entrevistados atuam como marinheiros e ajudantes de marinheiros. Trabalham na travessia dos passageiros até o PEMAV recebendo e acomodando os turistas no barco e instruindo os visitantes em relação ao passeio. Em relação à participação deles em cursos ou palestras de formação na área de turismo e/ou ambiental, todos eles já participaram, porém, um dado curioso é que apenas 30% deles sabem definir os ambientes recifais, apontando a importância da conservação deste ecossistema.

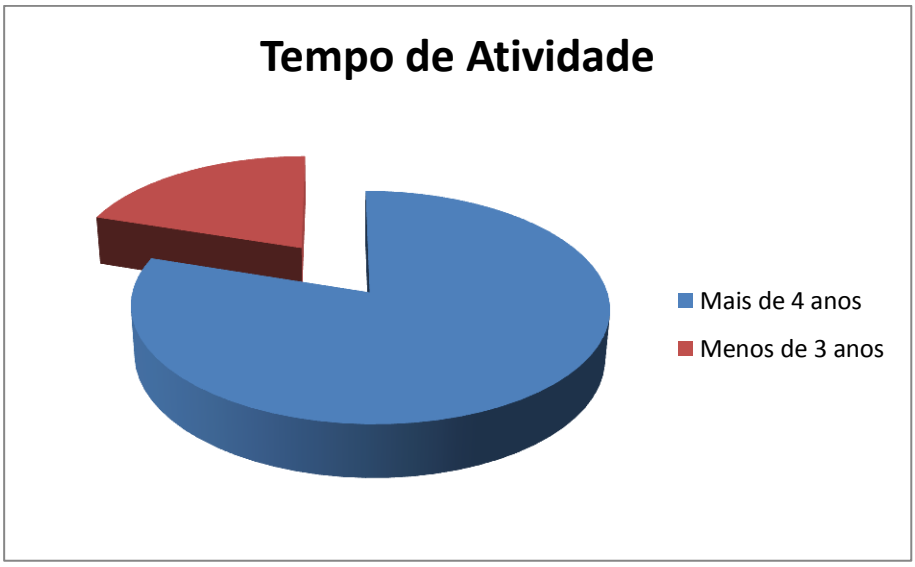
GRÁFICO 2 - Grau de instrução dos profissionais atuantes no PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Em relação ao tempo de atividade desenvolvida no PEMAV, mais de 80% dos entrevistados trabalham a mais de quatro anos no Parque, 20% trabalham há menos de quatro anos, o que representa um elevado de números profissionais que entraram na atividade turística no Parque e continuam exercendo as suas atividades. Todos responderam que no momento não pensam em sair desta atividade, representando 100% da amostra, o que apresenta um alto nível de satisfação em relação ao desenvolvimento de suas atividades.

GRÁFICO 3 - Tempo de atividade dos profissionais atuantes no PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

8.2 Visitantes do PEMAV

Para analisar o perfil social, as motivações que levaram as pessoas a visitar o PEMAV e percepção em relação ao cumprimento dos objetivos do Decreto n.º 21.263 da criação do parque e o conhecimento dos visitantes em relação ao ecossistema visitado, o PEMAV, foram aplicados questionários para 40 visitantes de Areia Vermelha, no mês de Outubro de 2012, nos períodos de maré baixa, sem considerar se o mesmo era turista ou morador da região metropolitana de João Pessoa.

8.2.1 Caracterização Social dos visitantes do PEMAV

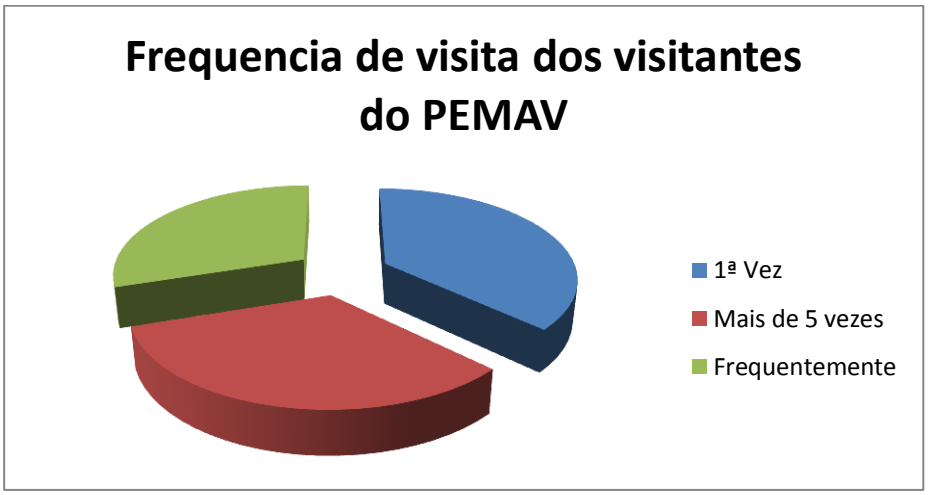
Desta amostra de 40 pessoas, 53% foram do sexo feminino e 47% do sexo masculino.

GRÁFICO 4 - Sexo dos visitantes da amostra presentes no PEMAV

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Constatou-se que apenas, 37% deles, estavam visitando o Parque pela primeira vez, 33% já visitou até cinco vezes e outros 30% são freqüentadores habituais da ilha, o que demonstra a visita constante da população local na ilha.

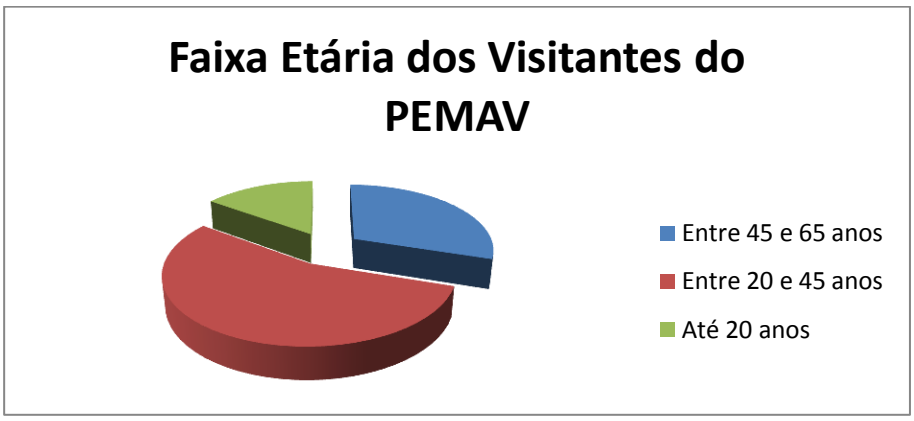
GRÁFICO 5 - Frequência de visita dos visitantes do PEMAV



Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Dos visitantes do Parque, 30% deles têm entre 45 e 65 anos, 55% possui idade entre 25 e 45 anos e15% são jovens até 20 anos, como mostra o gráfico a seguir:

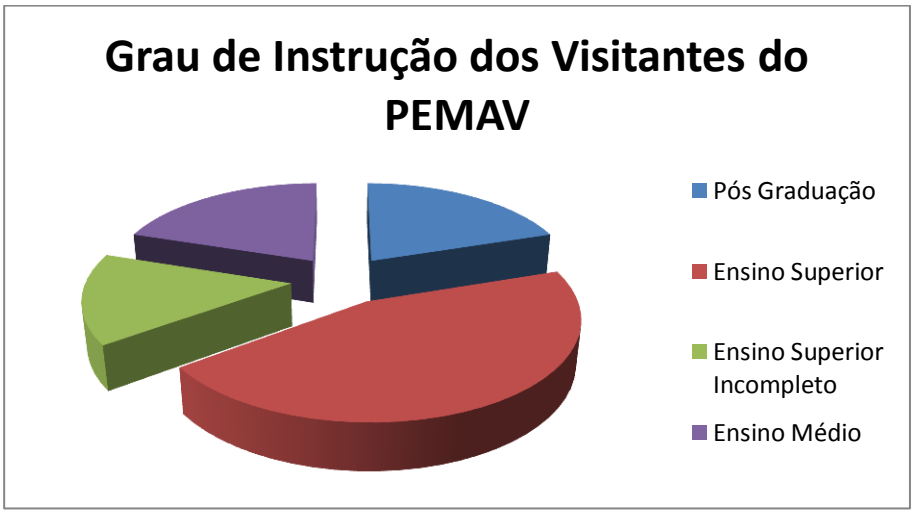
GRÁFICO 6 - Faixa etária dos visitantes do PEMAV



Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

De acordo com as informações passadas, quando foi perguntado sobre o grau de instrução dos visitantes da Ilha, 45% responderam que possuem ensino superior completo, 20% possui títulos de especialização, mestrado e doutorado, outros 15% ensino superior incompleto, contra 20% que concluiu o ensino médio. Este dado demonstra que grande parte das pessoas que frequentam a ilha é de elevado grau de instrução, o que facilitaria a introdução de qualquer ação no Parque voltada para a educação ambiental, com informativos contendo as normas de visitação.

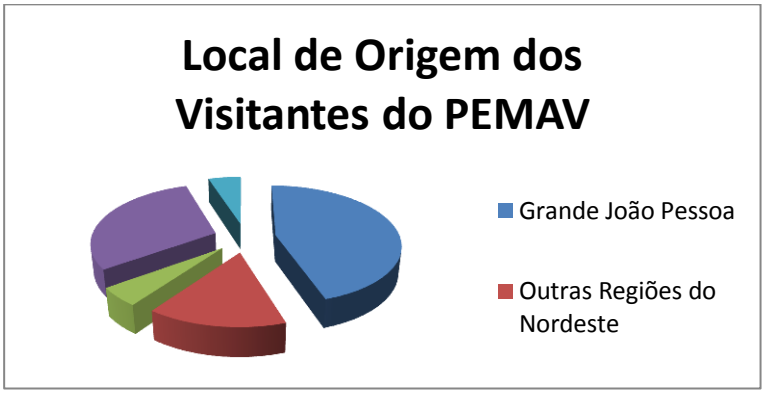
GRÁFICO 7 - Grau de instrução dos visitantes do PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Já em relação ao local de origem, grande parte dos visitantes reside na região metropolitana de João Pessoa, sendo representado por 45% dos entrevistados, 15% vieram de outras regiões do Nordeste, 35% vieram de outras regiões do Brasil (pincipalmente sudeste) e 5% são oriundos de outros países da América no Norte, o que demonstra a diversificação das regiões advindas dos visitantes do Parque.

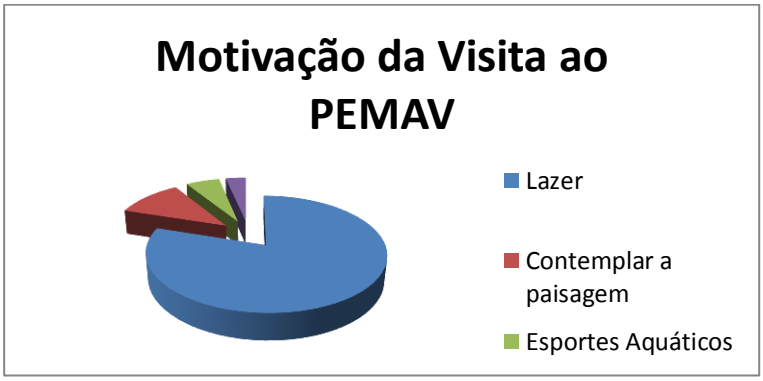
GRÁFICO 8 - Local de origem dos visitantes do PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Considerando a amostra da pesquisa, verifica-se que 72% dos visitantes faram para a ilha a fim de encontrar lazer e entretenimento, 10% visitaram a ilha para contemplar a paisagem, 5% para práticas de esportes aquáticos (canoagem e mergulho), 5% para contemplar a paisagem e 3% para fins de pesquisa. Então, verifica-se que o parque é um local ideal para as diversas práticas turísticas.

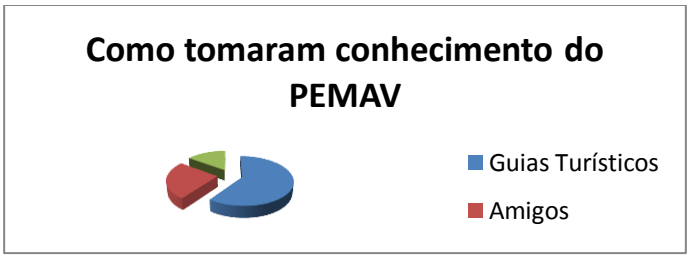
GRÁFICO 9 - Fatores de motivação para visitação do PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Quando foi indagado como eles tomaram conhecimento da existência do PEMAV, pergunta realizada apenas aos visitantes residentes fora da região metropolitana de João Pessoa, 60% deles responderam que souberam da ilha por intermédio de guias turísticos e agentes de viagens, 25% por indicação de amigos e 15% em informações da internet. Tal dado demostra a importância do trabalho dos guias e dos agentes de viagens para a propagação e divulgação dos atrativos turísticos. Esses mesmos profissionais, também deveriam obter maiores informações quanto às normas de visitação, informando os critérios de visitação da área do PEMAV.

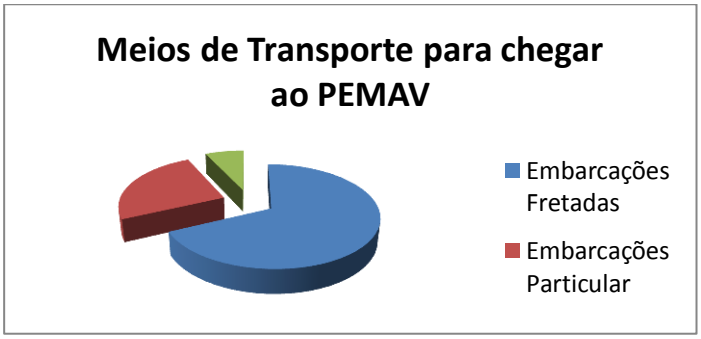
GRÁFICO 10 - Como eles tomaram conhecimento da existência do PEMAV



Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Já em relação aos meios de transporte que utilizaram para chegar até a ilha, 68% responderam que utilizaram embarcações “Fretadas” (catamarãs e lanchas) para realizar a travessia, outros 25% chegaram até a ilha em embarcações particulares (lanchas e jet-ski) e outros 7% utilizaram canoas alugadas para chegar até a ilha.

GRÁFICO 11 - Meios de transporte para chegar a o PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

8.3 Análise do conhecimento dos visitantes e dos profissionais que atuam no PEMAV em relação ao ecossistema visitado

Quando foi perguntado se os profissionais tinham o conhecimento do que são recifes de corais, 55% deles não souberam responder, afirmando que não sabiam defini-los, mas reconhecem a importância deles para a sustentabilidade ambiental e para a manutenção dos seus trabalhos, contra 45% que afirmaram ter o conhecimento. Este fato mostra que mesmo com palestras e cursos para esses profissionais, os mesmos não sabem do que se trata e nem o motivo pelo qual se devem proteger estes ambientes.

GRÁFICO 12 - Conhecimento dos profissionais do que são recifes de corais do PEMAV

Fonte: Pesquisa direta (2012).

Já em relação aos visitantes, 60% deles não souberam responder, afirmando apenas que é um ambiente importante para o ecossistema marítimo, mas, 40% afirmaram terem conhecimento sobre a definição dos recifes de corais. Mesmo com um alto nível de escolaridade apresentado pela maioria dos entrevistados, os mesmos não possuem um conhecimento sobre a definição do ecossistema visitado.

GRÁFICO 13 - Conhecimento dos visitantes do que são recifes de corais do PEMAV

Fonte: Pesquisa direta (2012).

Os dois grupos acreditam que é muito importante preservar a fauna e flora marinha para manter um equilíbrio no ambiente, representando 100% da amostra. Este fato, demostra que mesmo sem conhecer o ambiente recifal, as pessoas se preocupam com a preservação e manutenção do mesmo. Todos também afirmaram terem alguns cuidados ao visitar os ambientes recifais, não quebrando os arrecifes, não os pisoteando, não deixando resíduos (lixos) e não fazendo barulhos excessivos durante a visita na ilha.

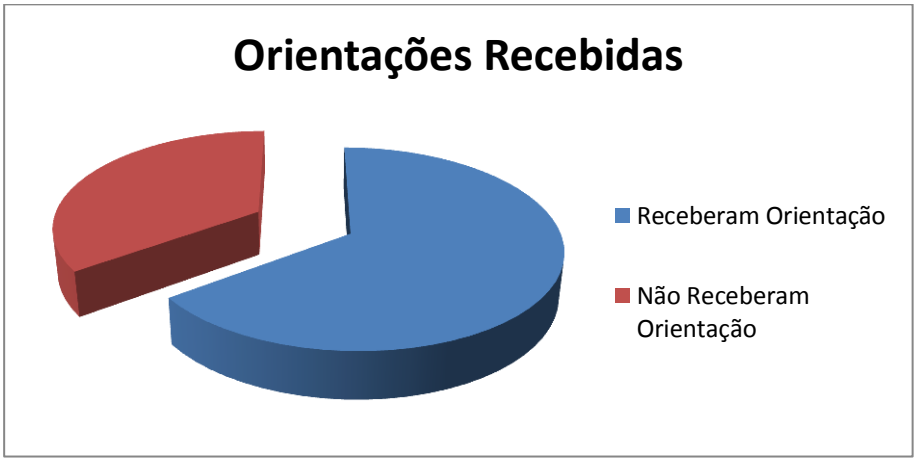
8.4 Percepções dos profissionais e visitantes em relação ao cumprimento dos objetivos do Decreto n.º 21.263 da criação do parque

Considerando as respostas obtidas dos dois grupos, constatou-se que nenhuma pessoa entrevistada conhece o decreto nº 21.263 de criação do Parque, representando 100% da amostra. Isto demonstra a falta de divulgação dos objetivos deste decreto por parte do órgão gestor do PEMAV, até mesmo para os profissionais atuantes no parque.

Em relação à orientação de introdução ao Parque, 65% dos entrevistados (visitantes) responderam que receberam algum tipo de orientação dos barqueiros, contra 35% que afirmaram não terem recebido nenhum tipo de orientação. Isto

revela o repasse de conhecimento sobre as normas para visitar a ilha, pois, todos os profissionais atuantes no Parque já receberam algum tipo de treinamento, principalmente no que se refere às limitações territoriais para banho, demarcadas por bandeiras informativas. Porém, nenhum dos entrevistados recebeu orientações advindas da policia ambiental presente no Parque, caracterizando a falta de comunicação desses profissionais com os visitantes.

GRÁFICO 14 - Orientação de introdução ao PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

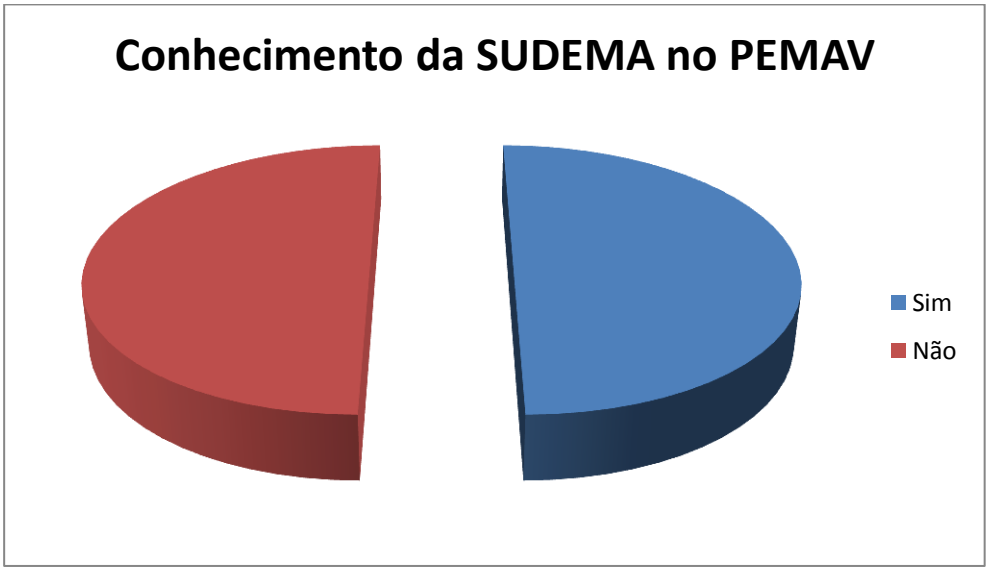
Para os entrevistados, 65% deles visualizam políticas públicas que garantem a proteção e preservação integral dos recursos naturais, garantindo a integridade da paisagem, contra 35% que não visualiza qualquer tipo de política pública no PEMAV. Nos dias da aplicação das entrevistas, constatou-se, através da pesquisa observatória, a existência de dois agentes da policia ambiental, que trabalham no PEMAV, fiscalizando as atividades degradadoras, que possam gerar qualquer tipo de dano ao Parque. Também, verificou-se a existência de uma lancha para recolher o lixo gerado pelos visitantes.

GRÁFICO 15 - Visualização de políticas públicas que garantem a proteção e preservação integral dos recursos naturais

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

Quando foi perguntado aos participantes da pesquisa, considerando os dois grupos, se eles conhecem a SUDEMA, 50% disseram não conhecer e outros 50% afirmaram conhecer o órgão gestor, mas, mesmo sem saber do que se trata, 65% dos 50% que desconhecem visualizam algumas ações desenvolvidas pela SUDEMA no Parque, principalmente, devido às bandeiras que delimitam a área para banho.

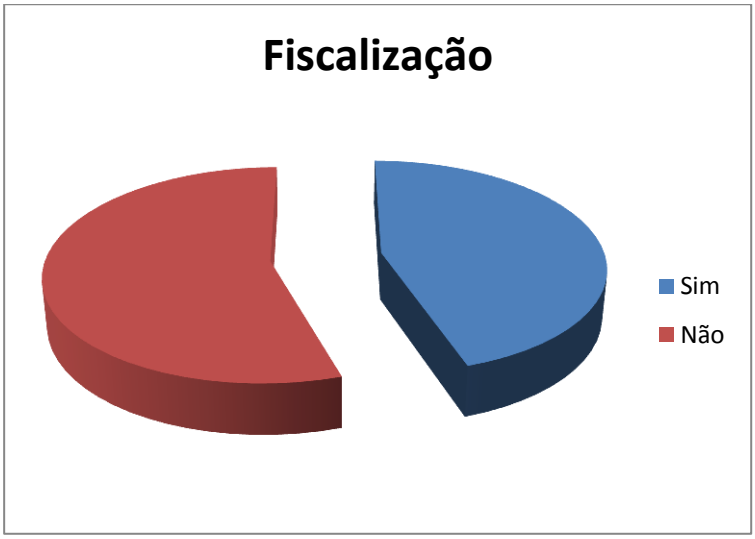
GRÁFICO 16 - Nível de conhecimento do órgão gestor (SUDEMA) do PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Em relação à existência de fiscalização das ações no PEMAV, 45% dos entrevistados responderam que verificaram a existência de fiscalização no Parque para utilização racional do espaço e controle das atividades degradadoras, já 55% responderam que não visualizaram qualquer tipo de fiscalização no Parque. Este dado mostra, que mesmo com a presença da polícia ambiental no Parque, as ações de fiscalização são deficitárias, não existindo um controle do espaço racional e das atividades degradadoras. Durante a aplicação das entrevistas, muitos fatos foram verificados, como pisoteamento dos corais, mergulho em áreas protegidas e lixo jogado no chão, fato esse que justifica o dado acima.

GRÁFICO 17 - Existência de ações de fiscalização e combate as práticas degradadoras no PEMAV



Fonte: Pesquisa direta (2012).

9. CONCLUSÃO

O turismo, quando bem planejado, promove a preservação do patrimônio natural, a partir de diretrizes que motivam a conservação do meio ambiente, baseado na promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto, analisando nos objetivos da Lei de criação do PEMAV n.º 21.263**,** percebe-se que algumas práticas sustentáveis são desenvolvidas no parque, contribuindo para o cumprimento dos

objetivos do seu Decreto de criação n.º 21.263, no qual, a partir dos objetivos do Decreto, conclui-se o seguinte:

I. "Proteger e preservar integralmente os recursos naturais do ecossistema: a coroa, os recifes, a periferia (piscinas naturais), a fauna e a flora marinha".

Verificou-se com este trabalho que a proteção é realizada com o auxílio da fiscalização, mas que deveria ser realizada pelo conhecimento das pessoas que visitam o espaço, com a consciência devida à importância da sua preservação, o que a maioria não tem.

II. "Despertar nos visitantes consciência ecológica e conservacionista".

Verificou-se com os dados desta pesquisa que as pessoas são pouco informadas sobre a importância desse ecossistema e a maioria nem sabe descrevê-lo. Dessa forma, a consciência ecológica não foi promovida nos visitantes, demonstrando a necessidade de ações de educação ambiental junto a estes visitantes e inclusive os profissionais que atuam no PEMAV.

III. "Controlar e ordenar o turismo sustentável e as demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental".

Apesar de haver algumas normas já instaladas no PEMAV, como controle dos resíduos produzidos, não há controle do número de embarcações ou de pessoas que visitam a ilha como também dos barcos que oferecem serviços de alimentação e bebidas, mostrando ausência de controle e ordenamento.

IV. "Gerenciar e fiscalizar a área para utilização racional do espaço"

A falta de controle e ordenamento sobre o número de visitantes, revela a ausência de gerenciamento, ou pelo menos de um plano de manejo, a fiscalização

que existe não visa o uso racional do espaço. Porém, existe uma maior fiscalização relação às áreas que as navegações podem atracar.

V. “Controlar e fiscalizar as atividades degradadoras”.

Considerando que o pisoteio em áreas fora da ilha arenosa podem ser degradadoras, há a sinalização desta área com bandeiras e a fiscalização por parte da polícia ambiental. Em relação ao controle, verificou-se que mesmo com a fiscalização, existem ações que degradam o ambiente natural, como o pisoteiamento dos corais. Devido ao número de visitantes presentes na ilha, qualquer ação de fiscalização se torna insuficiente. Daí, a importância de um plano de manejo.

VI. “Garantir a integridade da paisagem”.

Considerando que área visitada é arenosa, que nas áreas com corais, não é permitido o pisoteio, acreditamos que com a fiscalização e orientação de não invadir áreas não permitidas a paisagem será mantida íntegra.

Sendo assim, conclui-se com este trabalho, que apesar de alguns objetivos do Decreto n.º 21.263 serem parcialmente atendidos, muito ainda terá de ser feito, para que se alcancem a íntegra.

Portanto, espera-se que esta pesquisa desperte o interesse dos gestores, para a aplicação eficaz dos objetivos do decreto, a fim de obter um turismo sustentável no PEMAV, despertando o interesse da construção do Plano de Manejo do Parque, para maior controle das atividades degradadoras.

REFERÊNCIAS

COSTA, F., Sassi R., Costa M., Brito A. **Recifes Costeiros da Paraíba, Brasil:** Usos, Impactos e Necessidades de Manejo no Contexto da Sustentabilidade. Gaia Scientia, 2007.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.

MAIDA, M.; PADOVANI, BF. **Recifes de Coral Brasileiros**. In: Oceanografia: um cenário tropical / Org. por Enide Eskinazi-Leça; Sigrid Neumann-Leitão; Mônica Ferreira da Costa. Recife: Bargaço, 2004.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais**. Diretoria de Áreas Protegidas, 2009.

MTUR. **Segmentação do Turismo:** Marcos Conceituais. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento e Organização**. Ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2005.

PARAÍBA. **Decreto-Lei nº 21.263 do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha**, 2000.

SUDEMA. **Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha**. Disponível em: <http://www.sudema.pb.gov.br/index.php?view=category&catid=8&option=com_joomgallery>. Acesso em: 20 de out. 2012 às 01:10.